

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Faculdade de Educação - UAB/UnB/MEC/SECADI II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Énfase em EJA / 2013-2014

LIS MATILDE PAES ARAÚJO BARRETO

PATRICIA SILVA SANTIAGO MELO

FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ações na política de formação da EJA na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

BRASÍLIA, DF

Abril/2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Faculdade de Educação - UAB/UnB/MEC/SECADI II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014

FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DA EJA NA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL.

LIS MATILDE PAES ARAÚJO BARRETO

PATRICIA SILVA SANTIAGO MELO

PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A): ERLANDO RESES

TUTOR ORIENTADOR: CLÉSSIA SANTOS

PROJETO DE INTERVENÇÃO



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Faculdade de Educação - UAB/UnB/MEC/SECADI Il Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014DEDICATÓRIA

LIS MATILDE PAES ARAÚJO BARRETO

PATRICIA SILVA SANTIAGO MELO

FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DA EJA NA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL.

Trabalho de conclusão do II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA /2013-2014, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

Professor Orientador	
Tutor Orientador	
 Avaliador Externo	

BRASÍLIA, DF Abril/2014

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos a Deus, que nos capacitou para findarmos esta etapa; À Sandra Amélia Cardoso, por suas ideias inspiradoras e incentivadoras;

Aos parceiros da SEEDF, CEJAd e EAPE que prontamente nos receberam e contribuíram para a captação de informações;

Aos nossos maridos, filhos e demais familiares pelo apoio, carinho e compreensão.

Enfim, aos que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento deste projeto de intervenção local.

RESUMO

Este trabalho é um Projeto de Intervenção Local (PIL) que busca analisar a Política de Formação Continuada da Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação (EAPE) na Secretaria de Educação do Distrito Federal, questionando se realmente a política de formação continuada contempla as necessidades dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Neste sentido, foram realizadas pesquisa documental, entrevistas, aplicação de formulários tanto para professores formador quanto para professores cursistas e conversas informais com vários professores atuantes na EJA. O objetivo deste Projeto de Intervenção Local (PIL) é contribuir na promoção de mudanças na formação da EJA na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF.

Palavras-Chave: Formação Continuada – Política de Formação para Professores – Educação de Jovens e Adultos – EAPE.

ABSTRACT

This work is a Local Intervention Project (PIL) that aims to analyze the policy of the School of Continuing Education for the Improvement of Education Professionals school (EAPE) in the Department of Education of the Federal District, questioning whether the policy actually addresses the continuing education needs of teachers who work in youth and adult education. In this sense, documentary research, interviews, application forms for both teachers and trainer to participant teachers and informal conversations with several active in adult education teachers were held. The purpose of this Local Intervention Project (PIL) is proposing actions in the policy of formation in youth and adult education in the State Department of Education of the Federal

District

- SEEDF.

Keywords: Continuing Education - Policy Training for teachers - Education for Youth and Adults - Continuing Education for the Improvement of Education Professionals School (EAPE)

SUMÁRIO

I. PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL (PIL)	08
1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES	08
2- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	08
2.1 TÍTULO	08
2.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA	08
2.3 INSTÂNCIA INSTITUCIONAL DE DECISÃO	08
2.4 PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA	08
2.5 PERÍODO DE EXECUÇÃO	08
3- AMBIENTE INSTITUCIONAL	09
4- JUSTIFICATIVA/PROBLEMÁTICA/ MARCO TEÓRICO	12
5- OBJETIVOS	19
5.1 OBJETIVO GERAL	
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
6- ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES	19
7- CRONOGRAMA	20
8- PARCEIROS	21
9- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	21
10- REFERÊNCIAS	22
ANEXOS	25

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPOENTE(S):

1.1 NOMES

Lis Matilde Paes Araújo Barreto e Patricia Silva Santiago Melo

1.2 GRUPO

Grupo 17

1.3- INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL - PIL

2.1 TÍTULO

Formação Continuada em Educação de Jovens e Adultos: ações na política de formação da EJA na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

2.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Distrital

2.3 INSTITUIÇÃO

2.3.1 Nome e Endereço

Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação da Secretaria de Educação do DF (EAPE), localizada SGAS 907, Conjunto A – Brasília/DF.

2.3.2 Instância Institucional de Decisão

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

2.4 PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA

Gestores, coordenadores e docentes.

2.5 PERÍODO DE EXECUÇÃO

Início: (mê/ano) Maio/ 2014 Término: Abril / 2015

3. AMBIENTE INSTITUCIONAL

A formação continuada dos profissionais de educação é um grande desafio para a boa qualidade do ensino. Na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, doravante EAPE, é responsável por enfrentar esse desafio.

Em 22 de agosto de 1997, por meio da Lei nº 1619 do Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, de 25 de agosto de 1997 foi criada a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE. De acordo com Fonseca, Freitas e Lages (2013) atualmente a EAPE é uma subsecretaria da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Segundo a Lei nº 1619/1997 do GDF compete a EAPE planejar, promover, coordenar, avaliar e executar as atividades de aperfeiçoamento dos profissionais da rede pública de ensino do Distrito Federal. E ainda deve considerar as diretrizes político pedagógicas adotadas na rede pública de ensino, bem como as exigências de capacitação relativas à Carreira Magistério e à Carreira Assistência à Educação.

A EAPE é um órgão estratégico na Secretaria de Educação do Distrito Federal no que diz respeito a formação dos trabalhadores da educação. Ela é responsável pelo planejamento e realização de ações a partir de demandas da rede e por pesquisas na educação básica e produção de material didático. Atua atendendo cerca de 11 mil profissionais das Carreiras Magistério e Assistência à Educação em cursos, em diversas áreas específicas e transversais do currículo da rede (Projeto Político Pedagógico (PPP) – Carlos Mota, 2012).

A estrutura orgânica da EAPE é composta por uma Gerência de Formação, unidade de direção diretamente subordinada à Diretoria da EAPE, o Núcleo de Execução e Avaliação e o Núcleo de Planejamento, unidades orgânicas de execução, subordinada à Gerência de Formação (SEEDF, 2009). Porém com a reestruturação administrativa da SEEDF por meio do Decreto nº 33.409 de 12 de dezembro de 2011, DODF Nº 237, de 13 de dezembro de 2011, a EAPE passa a ter: uma Diretoria Administrativa, Gerência de Logística Coordenação Pedagógica, Gerência de Planejamento e Execução, Núcleo de Programas de Formação de Ensino Básico e Orientação Educacional, Núcleo de Programas de Formação de Ensino Médio, EJA e Profissionalizante, Núcleo de Programas de Formação em Diversidade, Educação Inclusiva e Gestão, Núcleo de Oficinas Pedagógicas, Gerência de Programas de Formação da Carreira Assistência, Gerência de Pesquisa e Avaliação, Núcleo de Pesquisa da Educação Básica, Núcleo de Avaliação de Aprendizagem da Formação, Núcleo de Avaliação de Ações de Formação, Gerência de Apoio Pedagógico, Núcleo de Bolsas,

Afastamentos, Convênios, Parcerias e Prêmios, Núcleo de Documentação, Núcleo de Divulgação e Inscrição Núcleo de Produção de Material Didático, Gerência de Educação à Distância e Núcleo de Tecnologia.

Segundo consta no site da EAPE¹, o seu objetivo é promover a formação continuada dos profissionais da Educação em consonância com as demandas da Rede Pública de ensino do DF, contribuindo para a educação de qualidade social e a valorização profissional dos educadores. Assim estando de acordo com a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prevê a promoção e a valorização dos servidores da educação e de acordo com a legislação que criou as carreiras Magistério e Assistência à Educação (EAPE, 2000).

As funções da EAPE são planejar, promover, coordenar, executar e avaliar as atividades que assegurem o aperfeiçoamento dos profissionais do quadro efetivo da SEEDF, mediante cursos, afastamento remunerado para estudo, bolsa de estudo, concursos e premiações, seminários e fóruns. Dentre as ações para a formação e aperfeiçoamento dos profissionais a EAPE faz parcerias com outras instituições como a Universidade de Brasília - UNB, Instituto Federal de Brasília -IFB, Escola de Governo, Secretaria de Cultura, Secretaria da Criança e do Adolescente, Sindicato dos Professores do DF - SINPRO, Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do DF - SAE e Secretaria do Meio Ambiente (EAPE, 2014).

Os cursos promovidos pela EAPE são sistematizados por meio de projetos e tem prioridade os que atendem a necessidade de aprimoramento profissional do servidor; necessidade de aperfeiçoamento específico do servidor em relação à sua carreira; atendimento a um maior número de servidores, mediante a seleção de assuntos considerados de caráter genérico e de acordo com o interesse da administração da SEEDF. A apresentação de cursos de aperfeiçoamento prevê a Progressão por Merecimento para aferição de mérito em padrões que são estabelecidos pelas carreiras da SEEDF (EAPE, 2000).

Os eixos que norteiam os cursos são sustentabilidade, diversidade e inclusão. A metodologia utilizada é a teoria e prática e muitos desses cursos são ministrados de forma descentralizada em polos que estão distribuídos nas 14 (quatorze) Coordenações Regionais de Ensino e também por meio da Educação à Distância - EaD (EAPE, 2014). Porém, apesar da proposta de descentralizar o processo de aprendizagem, é importante que os polos também se comuniquem e dialoguem entre si formando uma rede de aprendizagem. Essa ideia de rede conduz a uma exigência articuladora no contexto da totalidade e com base

_

Informações retiradas do site www.eape.se.df.gov.br

nessa totalidade é possível expor a subjetividade, identidade, experiência e mediação (TORRES, CASTANEDA, e AGUIRRE, 2006).

De acordo o PPP – Carlos Mota, 2012, por meio de instrumentos de coleta de dados específicos, diálogos com as unidades de ensino, com as demais unidades administrativas da SEDF e com a sociedade civil, e pelo Fórum Distrital Permanente de Apoio à Formação Docente ocorre o levantamento das necessidades de formação. De acordo com o fluxo da Coordenação dos Projetos, na etapa de planejamento, o projeto é elaborado e analisado e não se faz alusão a um diagnóstico realizado junto aos professores, após aprovação é divulgado, ocorre a escolha dos formadores, professores da rede pública de ensino que passam por um processo de seleção; é realizada a programação pedagógica e as inscrições, e a formulação do material instrucional. A próxima etapa, execução, compreende a abertura do curso, controle da frequência, acompanhamento pedagógico, avaliação com posterior elaboração do relatório final. A avaliação é o instrumento de aprimoramento dos cursos por meio dos resultados obtidos nos formulários de avaliação que são: Levantamento de Expectativas, instrumento aplicado no início do curso pelo formador; Avaliação Processual, instrumento aplicado no decorrer do curso; Avaliação Final, instrumento aplicado pelo coordenador no final do curso (EAPE, 2000).

A EAPE em parceria com o MEC, CAPES, IFB, UNB, SINPRO, FEPECS participa do Fórum Distrital de Apoio à Formação Docente com base no decreto nº 6755/2009 que institui a política nacional de formação de profissionais do magistério da educação básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. No Artº 3 deste decreto o qual faz referência aos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, no inciso "VII- ampliar as oportunidades de formação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social;" fica clara a importância dada a formação docente na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Este fórum define as políticas de formação para a rede pública do DF e a comissão executiva é formada por integrantes da EAPE e o Secretário de Educação é o presidente desta comissão (EAPE, 2014).

Nos anos 90, inicia-se uma discussão nacional sobre a EJA envolvendo delegações de todo o país. A partir dessa mobilização nacional foram criados os Fóruns Estaduais de EJA que se reúnem com intuito de diagnosticar metas e ações para EJA. Nessa mesma década, precisamente em 1996, a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dedica uma seção com dois artigos inserindo-a

como uma modalidade da educação básica. Em 2010, é realizado o primeiro curso de formação para os professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de educação DF, Construindo práticas educativas na modalidade EJA I E II: concepções teórico-metodológicas.

Em 2011, foram ofertados os cursos: Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação de Jovens e Adultos com carga horária de 60 horas presenciais e Educação de Jovens e Adultos com carga horária de 60 horas em modalidade à distância e Alfabetização e Letramento: EJA/Séries Iniciais com carga horária de 60 horas presenciais. Em 2012, foi ofertado o curso Letramentos em EJA: 1º Segmento - Subsídios Teórico Metodológicos nos polos Núcleo Bandeirante, Plano Piloto e Cruzeiro e São Sebastião com carga horária de 40 horas presenciais. Em 2013, foi ofertado o curso Construindo Práticas Curriculares na Educação de Jovens e Adultos carga horária de 120 horas na modalidade à distância e presencial.

Já em 2014 a EAPE tem uma demanda solicitada pelo Ministério da Educação juntamente com a Universidade de Brasília para atuar no Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio regulamentado pela Portaria Ministerial Nº 1140, de 22 de novembro de 2013. Através dele, o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas, incluindo nesse cenário o 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos correspondente ao ensino médio. Além dessa demanda que inclui o 3º segmento da EJA, a EAPE está ofertando o curso: A Educação Inclusiva na EJA, na modalidade presencial com carga horária de 80 horas.

4. JUSTIFICATIVA / CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA / MARCO TEÓRICO DO PROBLEMA

Este Projeto de Intervenção Local – PIL - foi pensado com o objetivo de se avaliar um curso de formação específico em EJA, Construindo Práticas Curriculares na Educação de Jovens e Adultos realizado na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - EAPE -para propor ações na política de formação da EJA na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF.

Para tanto foi realizada a fase exploratória, a qual corresponde a uma das fases da pesquisa-ação. A fase da pesquisa-ação, segundo Gil (2002), objetiva determinar o campo de investigação, as expectativas dos interessados, bem como o tipo de auxílio que estes

poderão oferecer ao longo do processo de pesquisa. Nessa fase fomos à EAPE, local a ser pesquisado e no qual acontecerá a intervenção, consultamos documentos sobre a política de formação continuada da EAPE e a ementa do curso. Através de entrevistas e questionário, investigamos, junto aos professores-formadores da EAPE o que é necessário fazer para avançar na política de formação continuada em EJA no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. Em seguida aplicamos um formulário para os professores cursistas para investigarmos se sua participação contribuiu efetivamente para o desenvolvimento profissional de sua prática docente.

A partir de discussões com professores formadores da EAPE e gestores da coordenação de Educação de Jovens e Adultos – CEJAd, contextualizamos a política de formação da SEEDF sob o viés histórico, político, filosófico e pedagógico dessa modalidade de ensino, e identificamos algumas lacunas no processo de formação continuada de EJA, tais como: carga horária do curso, carência de formadores, cursos sem itinerário formativo, falta de mobilização e motivação dos professores, oferta de curso que não trabalham a questão da diversidade. Foram discutidos ainda, alguns dos principais problemas que ocorrem nas práticas curriculares desenvolvidas na educação de jovens e adultos, como a infantilização dos educandos ou inadequação de conteúdos e modos de abordá-los, bem como de linguagem.

Por meio da análise do documento, "Manual de Procedimentos da EAPE", o qual traz a missão, criação, objetivos e funções da EAPE, delineando dessa maneira a sua política de formação no âmbito da SEEDF, das entrevistas e dos formulários aplicados foi possível avaliar o curso de formação continuada da EJA: Construindo Práticas Curriculares na Educação de Jovens e Adultos e identificar que o processo formativo voltado para os docentes da EJA e articulado pela EAPE não atende as necessidades de formação desses docentes.

Analisando o fluxo da Coordenação dos Projetos, encontrado no Manual de Procedimentos da EAPE, no planejamento a primeira etapa é a elaboração do projeto, não apresentando, nesse documento, a etapa de diagnóstico. Segundo dois formadores, o curso é ofertado por uma demanda reconhecida em conversas com as Coordenações Regionais de Ensino-CRE e/ou com a Coordenação de Educação de Jovens e Adultos – CEJAd e que não existe um instrumento que seja aplicado junto aos docentes para eles exporem suas necessidades em relação a sua formação continuada.

É reconhecida que a formação continuada de EJA na EAPE está em andamento e de acordo com os títulos dos cursos oferecidos existe a presença de um aporte teórico em EJA

considerável, porém com temas estanques e sem uma programação pedagógica articulada, principalmente para os professores que não tiveram formação inicial em EJA. Portanto, para a efetividade da formação continuada para atuar em EJA, é necessário atender as necessidades dos docentes. Os profissionais que atuam na EJA são os sujeitos-alvo das ações de formação continuada e precisam ser ouvidos sobre o que é do interesse deles e sobre o que constitui o seu dia a dia.

Segundo Soares (2008), é preciso considerar que a formação de professores deve ser condizente com as especificidades da EJA como a diversidade, tanto em relação ao seu público quanto às iniciativas que diz respeito à pluralidade dos sujeitos e a flexibilidade de tempos e espaços, algo que faz parte do universo da EJA. Considerando essas questões deve-se pensar no profissional específico que a EJA requer e a sua formação que tem sido considerada uma problemática na EJA. As ações em relação a formação do educador de jovens e adultos nas universidades ainda são tímidas apesar de ser possível a identificação de avanços como a incorporação da habilitação em EJA no currículo da pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Paranaense (UNIPAR) dentre outras (SOARES, 2008). Na UnB as ações desenvolvidas para a formação de educadores na EJA são por meio do decanato de extensão e que por serem realizadas pela extensão ocasiona carência de prestígio e fragilidade (OLIVEIRA, 2006).

Ainda existe o desafio da inserção da formação inicial em EJA nas licenciaturas e enquanto essa ausência permanece, cria-se a demanda da formação continuada em EJA para os educadores que estão ou atuarão nessa modalidade e que na realidade se vincula mais à ideia de formação inicial do que na perspectiva da formação continuada (ZANETTI, 2008). Por conta disso, o início de um percurso formativo nesta modalidade na EAPE ou em outra instituição contemplaria essa lacuna. Para Libâneo (2008), formação inicial e formação continuada se complementam.

O termo formação continuada vem acompanhada de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados a refletir o cotidiano da formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando ao aperfeiçoamento profissional, teórico e prático no próprio contexto de trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional (p.227).

A inexistente ou pouca oferta de formação específica para atuar em EJA é ainda uma marca dos cursos de licenciatura no país. Como ressalta MACHADO (2008):

A formação de professores no Brasil, historicamente, tem forte influência das chamadas escolas normais, que foram o *lócus* da formação de professores até o período da Reforma Universitária de 1968, quando da criação das faculdades de educação. O resultado das reformas da ditadura militar foi a convivência entre um 2º grau técnico em magistério, que prepararia os professores para os anos iniciais do 1º grau e as licenciaturas curta e plena, nas universidades, que titulariam os professores das diversas disciplinas de 5ª a 8ª séries do 1º grau e os professores das diversas disciplinas do 2º grau. Esse modelo de formação de professores que vigorou até a LDB/96, em seu formato padrão não previa formação específica para atender os alunos jovens e adultos.

A maioria dos cursos de graduação forma o professor para lidar com o aluno ideal, e ao se deparar com as especificidades do contexto do aluno da EJA, o professor encontra dificuldades para trabalhar conforme o perfil diferenciado deste aluno. De acordo com VENTURA 15(2012), a maioria dos professores reproduz os moldes da escolarização de crianças e adolescentes, materializados em ações que refletem a perspectiva supletiva do currículo escolar. Nesta perspectiva, a escola vem contribuindo para o fracasso escolar, a evasão, dentre outros fatos, pois nem sempre conseguiu acolher e entender os diferentes perfis de alunos que a procuram. Percebe-se que o professor tem um papel fundamental neste processo, e que a oferta da formação continuada seria uma forma deste docente traçar estratégias pedagógicas e atender as questões relativas ao educando a partir da construção do seu perfil.

Segundo ARROYO (2005), é preciso superar a visão de que na educação de jovens e adultos, os alunos são tidos como "evadidos, reprovados, defasados, alunos com problemas de frequência", aprendizado, não-concluintes. A caracterização social e econômica dos alunos da EJA indicam que são em sua maioria: pobres, desempregados, na economia informal, negros, nos limites da sobrevivência (muitas vezes vivem na linha da pobreza e miséria), procuram a melhoria nas condições de vida. É comum ainda na EJA, que estes jovens e adultos sejam filhos/as de pais analfabetos, a grande maioria trabalhadora com empregos não qualificados. Assim, a EJA possui uma identidade coletiva de negação de direitos, de exclusão e marginalização. Dessa forma, os/as educandos/as de EJA constituem um grupo que fora excluído da escola, mas que não se mantivera assim ao buscar, mesmo que tardiamente, a conclusão da escolaridade.

O diagnóstico acima descrito, o qual corrobora com o da autora, "deve nortear o debate sobre as questões como: reconhecer as experiências de vida desses jovens e adultos; desenvolver metodologias diferenciadas e adequadas à realidade desses estudantes; rever critérios para a seleção, formas de organização e o tratamento didático dos conteúdos disciplinares em cursos dessa modalidade" (VENTURA, 2012, p. 74).

Com maior razão pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim, esse professor do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (Diretrizes Curriculares para a EJA, Brasil, 2000)

Observa-se que a formação continuada envolve uma minoria insignificante dos profissionais da EJA. Grande parte dos professores não realizam um estudo reflexivo da sua prática pedagógica e dessa forma não promovem mudanças em suas ações. Além disso, muitos dos cursos de aperfeiçoamento, capacitação e qualificação voltados para o professor não são pensados para atender a necessidade dele, mas são planejados para atender uma demanda da gestão. A formação continuada precisa ser pensada como espaço e tempo de reflexão e de produção pedagógica, contribuindo e estimulando os professores a buscaram o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

A formação continuada do professor tem sido uma tentativa dos sistemas educacionais Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal para a superação de carência de políticas públicas e de programas de formação continuada dos educadores envolvidos nos programas federais como por exemplo: o programa Brasil Alfabetizado (que no DF é o DF Alfabetizado), o PROJOVEM Urbano, para os quais a formação é realizada pela EAPE e o PROEJA, que ainda não possui uma política de formação consolidada.

Com a preocupação em sintonizar-se às necessidades e expectativas da comunidade por uma formação qualificadora para o trabalho os Institutos Federais e as Escolas Técnicas oferecerem cursos de Educação Profissional integrada à modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

A oferta da educação profissional e tecnológica integrada à EJA efetiva as diretrizes e bases da educação nacional² e segue os princípios políticos-pedagógicos da instituição de dar condições aos jovens e adultos de adquirir uma formação profissional somada a uma cultura geral.

O grande desafio do PROEJA em relação à escolarização e à profissionalização de

16

O texto da LDB de 20/12/1996 afirma o vínculo educação e trabalho em relação à educação básica, e possibilita a oferta de educação profissional no ensino fundamental e médio em articulação com o ensino regular.

jovens e adultos é redimensionar:

- 1. Os modos de acesso às instituições de ensino, derrubando barreiras de aproximação dos estudantes com a escola;
- 2. Os mecanismos de permanência prevendo estratégias para a manutenção da continuidade da trajetória escolar;
- 3. A relação de ensino com o sucesso escolar e a garantia da aprendizagem.

Para Moll (2010), o desafio no campo da organização curricular em PROEJA é de estabelecer um diálogo entre as áreas clássicas do conhecimento (formação geral) e os saberes específicos dos campos de formação profissional, na perspectiva de um processo de formação humana que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e compreender/inserir-se no mundo do trabalho.

Não podemos deixar de abordar um aspecto relevante na implantação dessa organização curricular: os professores. A princípio, na organização das unidades temáticas baseadas nas dimensões, eixos e etapas, os "professores assumem a atuação de forma integrada no planejamento dos estudos e constituem-se em um professor "multitemático", pois trabalham os conhecimentos pedagógicos e os conhecimentos específicos, favorecendo a ressignificação, articulação e ampliação dos conteúdos" (SILVA, 2004:80). O documento do PROEJA apresenta algumas considerações sobre a formação continuada dos professores:

A formação de professores e gestores objetiva a construção de um quadro de referência e a sistematização de concepções e práticas político-pedagógicas e metodológicas que orientem a continuidade do processo. Deve garantir a elaboração do planejamento das atividades do curso, a avaliação permanente do processo pedagógico e a socialização das experiências vivenciadas pelas turmas (BRASIL, 2007:60).

Essa formação deverá atender, prioritariamente, a preparação para o entendimento das concepções e estrutura curricular. A atuação do professor no curso exige uma construção coletiva, com planejamentos e ações integradas, visando a implantação, estudo e atuações coerentes e em sintonia com os pressupostos. A formação continuada deverá atuar no mesmo compasso do trabalho pedagógico desenvolvido, permitindo uma reflexão constante sobre a ressignificação da atuação profissional.

A proposta de formação continuada e de organização curricular não deve ocorrer sob o autoritarismo, porque deve ser uma ação coletiva, já que o movimento de integração é,

necessariamente, interdisciplinar. Requer que

"os professores se abram à inovação, a temas e experiências mais adequados à integração. Ideias em curso nas escolas são, por exemplo, projetos que articulam arte e ciência; projetos de iniciação científica; componentes curriculares voltados para a compreensão dos fundamentos sociopolíticos da área profissional, dentre outros. Há que se dar ao aluno horizontes de captação do mundo além das rotinas escolares, dos limites estabelecidos e normatizados da disciplina escolar, para que ele se aproprie da teoria e da prática que tornam o trabalho uma atividade criadora, fundamental ao ser humano" (BRASIL, 2006:57).

Pensar na política de formação do professor de EJA é de extrema importância para o sucesso da implementação dos cursos PROEJA, pois ela vai ao encontro da formação pedagógica para os professores do PROEJA, visando a superação dos principais obstáculos para a realização da interdisciplinaridade através da organização do currículo integrado e do esclarecimento do que seja a interdisciplinaridade. Além disso, mostra as possibilidades metodológicas e dá uma ideia da dimensão e abrangência destas, ao oportunizar o encontro e o diálogo, ao envolver e aproximar os demais profissionais da educação e gestores, indispensáveis para que o projeto interdisciplinar por meio do currículo integrado se efetive.

Ainda sobre a formação continuada em EJA, constata-se que as condições de trabalho é uma das questões a ser discutida na política de formação. Zanetti (2008) afirma que devem ser criadas condições para eliminação da rotatividade dos profissionais da EJA e ter uma proposta de dedicação exclusiva a modalidade em vez de trabalhar 40/60 horas em duas ou mais escolas ou ainda trabalha 40 horas em outra instituição e trabalha na EJA 20 horas no período noturno. A autora ainda coloca que nessa condição é possível a constituição de coletivos de educadores de EJA com espaço e tempos garantidos para a formação continuada.

Entretanto, a busca pela capacitação profissional dos profissionais da EJA requer um processo constante e contínuo de estudo, reflexão, discussão, confrontação e experimentação coletiva, para o qual é necessário não só que as instituições assumam a responsabilidade de propiciar as condições institucionais e materiais, mas que o professor tome para si a responsabilidade por sua formação. A formação continuada torna-se assim uma necessidade intrínseca, enquanto ação permanente, construída através de percepções diárias da realidade em que o educador está inserido e da percepção das mudanças pelas quais o mundo está passando.

Quando a formação acontece como um processo contínuo, propicia atualizações e aprofundamento das temáticas educacionais e consequentemente, leva ao desenvolvimento da constante ação reflexiva sobre a prática educativa, promovendo um processo de autoavaliação que oriente a construção contínua de competências profissionais. Porém, um processo de reflexão exige predisposição a um questionamento crítico da intervenção educativa e uma análise da prática na perspectiva de seus pressupostos. É por isso que

[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. [...] A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer (FREIRE, 2002, p. 18-19).

Isso pressupõe que a formação continuada estenda-se às capacidades e atitudes e problematize os valores e as concepções de cada professor e de toda comunidade escolar.

Os profissionais da EJA precisam de conhecimentos e saberes diferenciados para lidar com problemáticas mais amplas que dizem respeito à compreensão de como as práticas e relações sociais se operam, reconhecendo a pluralidade cultural e as relações de poder imbricadas na educação, na sociedade e na docência. Portanto, como afirma Ferreira (2008) "não podemos esquecer que a luta pela formação ocorre concomitantes à luta política pelo reconhecimento da EJA e de sua importância em nossa sociedade e, principalmente no meio educacional." Essa formação deve dar a possibilidade de lidar com as transformações na sociedade, na economia, na cultura e no mundo do trabalho.

5. OBJETIVO GERAL

Contribuir na promoção de mudanças na formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos – EJA, por meio das proposições de ações para a política de formação da EJA na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF.

5.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar um diagnóstico antes da elaboração do projeto de formação continuada e utilizar um instrumento que trace o Perfil do Docente da EJA (PDEJA) para o levantamento das necessidades de sua formação continuada em EJA.
 - 2. Traçar um itinerário formativo.
- 3. Propor e implementar um curso que seja contextualizado, privilegiando a práxis docente e que seja realizado num espaço de construção coletiva envolvendo um número

expressivo de profissionais de uma mesma instituição de ensino.

6. ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES

Objetivos Específicos	Atividades	Responsabilidades
 Realizar um diagnóstico 	1 – Construir o instrumento	Proponentes do PIL, EAPE e os
antes da elaboração do	(PDEJA) que trace o perfil do	formadores da EAPE em EJA.
projeto de formação	docente da EJA e que realize o	
continuada e utilizar um	levantamento das	
instrumento que trace o Perfil	necessidades de sua formação	
do Docente da EJA (PDEJA)	continuada na EJA.	
para o levantamento das	2 – Aplicar o PDEJA em um	
necessidades de sua	grupo pequeno de professores	
formação continuada em	para analisar a efetividade das	
IE.IA	perguntas.	
	3 – Após a análise do	
	instrumento, aplicá-lo para os	
	docentes no site da EAPE.	
	4 – Analisar os dados do	
	PDEJA para traçar o perfil do	
	professor da EJA e fazer o	
	levantamento das suas	
	necessidades.	
2. Traçar um itinerário	5 – Montar o itinerário	Proponentes do PIL e CEJAd.
	formativo da formação	·
	continuada em EJA.	
3. Propor e implementar um	6 – Construir um projeto de	Proponentes do PIL e CEJAd.
curso que seja	curso de formação continuada	
contextualizado, privilegiando	•	
a práxis docente e que seja	itinerário formativo) cujo	

realizado num espaço de público alvo seja os
construção coletiva professores aprovados em
envolvendo um número concurso e convocados no
expressivo de profissionaisanos de 2013 e 2014.
de uma mesma instituição de 7 - Implementar o curso de
ensino. formação continuada

7. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	PERÍODO
1 - Construir o instrumento (PDEJA) que trace o perfil do	Maio/2014
docente da EJA e que realize o levantamento das	
necessidades de sua formação continuada na EJA.	
2 – Aplicar o PDEJA em um grupo pequeno de professores	Julho/2014
para analisar a efetividade das perguntas.	
3 – Após a análise do instrumento, aplicá-lo para os	Agosto a setembro/2014
docentes no site da EAPE.	
4 – Analisar os dados do PDEJA para traçar o perfil do	Outubro/2014
professor da EJA e fazer o levantamento das suas	
necessidades.	
5 – Montar o itinerário formativo da formação continuada em	Novembro/2014
EJA com base na análise de dados do PDEJA.	
6 – Construir um projeto de curso de formação continuada	Dezembro/2014 a fevereiro/2015
inicial (Primeira fase do itinerário formativo) cujo público-alvo	
seja os professores aprovados em concurso e convocados	
nos anos de 2013 e 2014.	
7 – Implementar o curso de formação continuada	Março/2015

8. PARCEIROS

Universidade de Brasília – UnB Instituto Federal de Brasília – IFB Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE Coordenação de Educação de Jovens e Adultos – CEJAd

9. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Para avaliar o desenvolvimento das atividades propostas no PIL serão utilizados relatórios escritos de acompanhamento das ações, visando ampliar as possibilidades de construção de informações. Assim, serão utilizadas entrevistas semi-estruturadas e/ou questionários com os docentes e com os parceiros visando conhecer o contexto e as características do processo educativo.

A fim de maximizar a confiabilidade dos resultados obtidos nessa pesquisa, tem-se, como procedimento, a realização de um instrumento de registro das observações, onde serão feitas as anotações de fatos relevantes ao estudo.

10. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal n 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

______. Ministério da Educação. PROEJA: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, agosto. 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. PROEJA – Documento Base. Brasília. 2006b.

_____. Parecer CNE/CEB nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as

EAPE – Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Distrito Federal. Formação e Prática Profissional: Novos Cenários Da Educação e Inovações Pedagógicas. Site: http://www.eape.se.df.gov.br/images/pdfs/institucional.pdf. Acesso: 07 de janeiro de

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

2014.

EAPE – Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Distrito Federal. Manual de Procedimentos da EAPE. Brasília 2000.

GDF. DECRETO Nº 33.409, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011

Lei de criação da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – Eape, Lei n.º 1619 de 22 de agosto de 1997. Cria a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – Eape e dá outras providências. Disponível em: http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=49577. Acessado em: 27 de agosto de 2014.

FONSECA, L. G., FREITAS, O. C. R. e Lages, M. "Echos" de Formação Continuada Rumo à Escola Pública de Qualidade Social . Revista Eape. Revista de Estudos Sobre a Educação Pública, Brasília, v.1, n.1, ago. 2013.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores para EJA: Uma perspectiva de mudança. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008. Disponível em: http://www.esforce.org.br> Acesso em 03 de março de 2014.

MOLL, Jaqueline. PROEJA e democratização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores (org). Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo. Desafios, Tensões e Possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 131-138.

OLIVEIRA, E. C. de. Os Sentidos dos Múltiplos Espaços e Tempos de Formação na EJA. In: SOARES, L. (Org.). Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Subsecretaria de Educação Básica. Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota. Brasília, 2012.

SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 1ª Ed – 190p, Brasília, 2009.

SILVA, E. F. Curso de Pedagogia para professores em exercício nas séries iniciais da rede

pública de ensino do DF e suas implicações na prática pedagógica, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Brasília: UnB/FE.

SOARES, L. Avanços e Desafios na Formação do Educador de Jovens e Adultos. In: MACHADO, M. M. Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008.

VENTURA, J. A EJA e os Desafios da Formação Docente nas Licenciaturas. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 21, n. 37, p. 71-82, jan./jun.2012.

ZANETTI, M. P., Reflexões sobre a Formação de Educadores de Jovens e Adultos em Redes de Ensino Públicas. In: MACHADO, M. M. Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008.

ANEXOS

Anexo 1 – Formulário da entrevista com Professores Cursistas



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Educação - UAB/UnB/MEC/SECADI
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014

Prezado(a)

O II Curso de Especialização em Educação Diversidade e Cidadania, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos – 2013/2014, em parceria da FE-UnB/PPGE e MEC/SECADI, é um curso para professores e profissionais de Educação de Jovens e Adultos da rede pública de ensino com exercício no DF. Esta parceria encontra-se no âmbito da implantação da Rede de Educação para a Diversidade, em que instituições de ensino superior se dedicam à formação inicial e continuada de profissionais da educação, com o objetivo de disseminar e desenvolver metodologias educacionais para a inserção dos temas da diversidade no cotidiano das salas de aula, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos.

O presente instrumento, formulário, foi produzido pelas alunas deste curso com intuito de coletar dados para a elaboração do Projeto de Intervenção Local que tem como tema formação continuada na EJA.

A política de formação continuada em EJA executa ações. Diante dessa política gostaríamos de saber sua opinião sobre o Curso Construindo Práticas Curriculares na Educação em Educação de Jovens e Adultos na EAPE que você participou.

Anexo 2 – Formulário da entrevista com Professores Formadores e com Gestores



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Faculdade de Educação - UAB/UnB/MEC/SECADI II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014

Prezado(a)

O II Curso de Especialização em Educação Diversidade e Cidadania, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos – 2013/2014, em parceria da FE-UnB/PPGE e MEC/SECADI, é um curso para professores e profissionais de Educação de Jovens e Adultos da rede pública de ensino com exercício no DF. Esta parceria encontra-se no âmbito da implantação da Rede de Educação para a Diversidade, em que instituições de ensino superior se dedicam à formação inicial e continuada de profissionais da educação, com o objetivo de disseminar e desenvolver metodologias educacionais para a inserção dos temas da diversidade no cotidiano das salas de aula, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos.

O presente instrumento, formulário, foi produzido pelas alunas deste curso com intuito de coletar dados para a elaboração do Projeto de Intervenção Local que tem como tema formação continuada na EJA.

O que é necessário fazer para avançar na política de formação continuada em EJA no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF?

Anexo 3 - Proposta de instrumento para levantar o perfil do docente da EJA

Perfil dos(as) Docentes da	a Educação de Jovens e Adultos – PDE.	JA (Adaptado)
Caro(a) Professor(a)		
do (a) docente da Educa professores que atuam	objetivo de levantar dados relevantes à ação de Jovens e Adultos a fim de tr na modalidade e dessa forma, dese artir das necessidades levantadas.	açarmos o perfil dos (as)
Unidade de Ensino:		
1 - Idade:	anos.	
2 – Formação :		
Título	Área/ Linha de pesquisa	Ano
Graduação		
Pós-graduação latu sensu		
Pós-graduação stricto sensu: Mestrado		
Pós-graduação stricto sensu: Doutorado ou Pós Doutorado		
3 – Possui formação espe a) () Sim. b) () Não.	ecífica em EJA?	
3.1- Se possuir, especifiqu	ue a formação em EJA e a quantidade de	e horas da formação:
3.2 – Qual foi o motivo qu	e o levou a fazer um curso de formação	continuada em EJA?
4 – Escreva o tipo de form	nação que gostaria de fazer em EJA:	

5 – Você já participou de algum curso de formação em EJA na EAPE?
a) () Sim. b) () Não. Se sim, qual?
6- Você já participou de um curso de formação a distância?
a) () Sim. b) () Não.
6.1 – Qual foi o curso e qual foi a plataforma?
7 – Há turmas (com a presença de jovens/adultos com deficiência) na unidade escolar em que você está lotado?
a) () Sim. b) () Não.
7.1 – Especifique a(s) deficiência (s).
8 – Você tem alguma formação para promover a inclusão de pessoas com deficiência e/ou a Diversidade?
a) () Sim. b) () Não.
8.1 – Qual é a formação?
9 – Dentre os conteúdos relacionados abaixo, escolha o que mais acha relevante para ajudá-lo no processo ensino-aprendizagem na modalidade EJA:
a) () Currículo Integrador
b) () Legislação em EJA
c) () Didáticas, Metodologias, e técnicas em EJA.
d) () Avaliação em EJA: Objetivos, modalidades e instrumentos.
e) () Outros
10 – Relate alguns desafios enfrentados pelo professor atuante em EJA hoje:

11 - Qual o motivo que o(a) levou a escolher ser professor da Modalidade EJA?

15 - Tem endereço de correio eletrônico/email?
Sim. ()
Não. ()
16 – Participa de alguma rede social?
Sim. ()
Não. ()
17 – Em caso de resposta afirmativa na questão anterior, com que frequência você verifica a caixa de entrada de seu correio eletrônico/email e as redes sociais?
a) () diariamente.
b) () de duas a três vezes por semana.
c) () quinzenalmente.
d) () quase nunca.
18 – Participa ou acompanha de algum blog ou site referente à Educação de Jovens e Adultos?
Sim. ()
Não. ()
Se afirmativo, qual e com que objetivo?
-
19 - Quais das atividades abaixo, você gostaria de participar e/ou promover em sua escola:
 a) () participação nas atividades de intercâmbio regional e nacional que envolvem os cursos de aperfeiçoamento da EJA;
 b) ()oferta de subsídios de caráter informativo e científico que contribuam para a atualização permanente;
 c) ()participação em listas de discussão virtual destinadas a fomentar as trocas de experiências e conhecimentos entre cursistas e professores dos cursos de aperfeiçoamento da EJA;
d) ()palestra com profissionais com experiências em EJA
e) () outra:

Anexo 4 – Fluxo da Coordenação dos Projetos (Retirado do Manual de procedimentos EAPE)

4. Fluxo da Coordenação dos Projetos

